

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, DE NÍVEL MÉDIO E DE NÍVEL FUNDAMENTAL
EDITAL N.º 2/2002 – FURNAS, DE 16 DE OUTUBRO DE 2002

O CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CESPE) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB) torna públicas a **retificação** dos subitens **2.1.2, 2.1.5, 2.1.21, 2.2.18, 2.2.20, 3.2.1, 4.3.1, 7.1.1, 7.1.2, 7.2, 7.2.1, 9, 12.1.11, 12.2, 14.1, 14.2, 17.9.1 18.2.3.2, 18.2.3.6, 18.2.3.10 e 18.2.3.21** do Edital nº 1/2002 – FURNAS, de 11 de outubro de 2002, publicado no *Diário Oficial da União* de 14 de outubro de 2002, bem como a **exclusão** da disciplina de Informática da prova de conhecimentos básicos para os cargos de Advogado A, B e C, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

2.1.2 ADVOGADO A

PÓLOS DE TRABALHO: Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo.

REQUISITOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no órgão de classe correspondente. Experiência profissional mínima de três anos em uma das atividades relacionadas na Síntese das Atribuições.

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Incumbir-se dos assuntos de natureza contratual e tributária, assistindo, orientando e informando as diversas áreas da Companhia, respondendo às consultas ordinárias formuladas diretamente pelos órgãos interessados ou aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para a sociedade, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e pela jurisprudência; participar, quando convocado, dos estudos e dos trabalhos especiais promovidos pela Consultoria Jurídica; examinar, quando solicitado, os aspectos jurídicos dos contratos celebrados pela Companhia, participando da sua formação desde a fase preliminar, dando-lhes forma jurídica adequada e promovendo, nos casos em que a lei determinar, a legalização e registro dos instrumentos nos órgãos públicos competentes; dar forma jurídica, quando solicitado, a todos os papéis e expedientes de interesse da Companhia, examinando as conseqüências obrigacionais e fiscais deles decorrentes; representar e defender os interesses da Companhia na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, seja qual for a natureza da matéria, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados; analisar e emitir parecer sobre assuntos jurídicos referentes a processo de contratação de obras e serviços e de aquisição de material.

SALÁRIO-BÁSICO: R\$ 1.814,34.

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 50,00.

2.1.2.1 ADVOGADO B

PÓLOS DE TRABALHO: Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo.

REQUISITOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no órgão de classe correspondente. Experiência profissional mínima de três anos em uma das atividades relacionadas na Síntese das Atribuições.

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Incumbir-se dos assuntos vinculados a direito de eletricidade, telecomunicações, meio-ambiente e desapropriação, assistindo, orientando e informando as diversas áreas da Companhia, respondendo às consultas ordinárias formuladas diretamente pelos órgãos interessados ou aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para a Sociedade, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e pela jurisprudência; participar, quando convocado, dos estudos e dos trabalhos especiais promovidos pela Consultoria Jurídica; examinar, quando solicitado, os aspectos jurídicos dos contratos celebrados pela Companhia, participando da sua formação desde a fase preliminar, dando-lhes forma jurídica adequada e promovendo, nos casos em que a lei determinar, a legalização e o registro dos instrumentos nos órgãos públicos competentes; dar forma jurídica, quando solicitado, a todos os papéis e expedientes de interesse da Companhia, examinando as consequências obrigacionais e fiscais deles decorrentes; representar e defender os interesses da Companhia na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, seja qual for a natureza da matéria, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.

SALÁRIO-BÁSICO: R\$ 1.814,34.

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 50,00.

2.1.2.2 ADVOGADO C

PÓLOS DE TRABALHO: Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo.

REQUISITOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Direito, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no órgão de classe correspondente. Experiência profissional mínima de três anos em uma das atividades relacionadas na Síntese das Atribuições.

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Incumbir-se dos assuntos judiciais referentes aos direitos civil, trabalhista, previdenciário e correspondentes contenciosos, assistindo, orientando e informando as diversas áreas da Companhia, respondendo às consultas ordinárias formuladas diretamente pelos órgãos interessados ou aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para a Sociedade, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e pela jurisprudência; participar, quando convocado, dos estudos e trabalhos especiais promovidos pela Consultoria Jurídica. examinar, quando solicitado, os aspectos jurídicos dos contratos celebrados pela Companhia, participando da sua formação desde a fase preliminar, dando-lhes forma jurídica adequada e promovendo, nos casos em que a lei determinar, a legalização e registro dos instrumentos nos órgãos públicos competentes. Dar forma jurídica, quando solicitado, a todos os papéis e expedientes de interesse da Companhia, examinando as consequências obrigacionais e fiscais deles decorrentes; representar e defender os interesses da Companhia na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, seja qual for a natureza da matéria, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.

SALÁRIO-BÁSICO: R\$ 1.814,34.

TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 50,00.

2.1.5 ANALISTA DE SISTEMAS – C

REQUISITOS: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Informática, ou Engenharia Eletrônica, ou Engenharia Elétrica, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no órgão de classe correspondente. Experiência profissional mínima de três anos em uma das atividades relacionadas na Síntese das Atribuições.

<p>2.1.21 ENGENHEIRO – A SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: Exercer atividades relacionadas a estudos de planejamento da expansão do sistema de geração; análises energéticas relativas a estudos de inventário de bacias hidráulicas; análise econômico-financeira de projetos hidrelétricos e termelétricos.</p>
<p>2.2.18 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – F REQUISITOS: Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio técnico (antigo 2.º grau técnico) em Química, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no órgão de classe correspondente. Experiência profissional mínima de três anos em uma das atividades relacionadas na Síntese das Atribuições.</p>
<p>2.2.20 TÉCNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PÓLOS DE TRABALHO: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. REQUISITOS: Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio técnico (antigo 2.º grau técnico) em Processamento de Dados ou em Informática Industrial, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e registro no órgão de classe correspondente. Experiência profissional mínima de três anos em uma das atividades relacionadas na Síntese das Atribuições.</p>

3.2.1 NÍVEL SUPERIOR

QUANTITATIVO DE CANDIDATOS PARA A FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA				
Cargos	Cadastro Reserva de Pessoal			
	GO	MG	RJ	SP
Advogado A	16		32	14
Advogado B	16		32	14
Advogado C	16		32	14

4.3.1 Será realizada perícia-médica dos candidatos inscritos nos seguintes cargos de **Especialista em Manutenção Eletroeletrônica (A, B, C e D)**, **Especialista em Manutenção Eletroeletrônica de Termelétrica**, **Especialista em Manutenção Eletromecânica (A, B, C e D)** e **Eletricista de Linha de Transmissão**, em data a ser divulgada oportunamente.

7.1.1 QUADRO DE PROVAS – NÍVEL SUPERIOR (exceto para os cargos de **Advogado A, B e C**).

7.1.2 QUADRO DE PROVAS – NÍVEL SUPERIOR (cargos de **Advogado A, B e C**)

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º DE QUESTÕES	PESO	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Conhecimentos Básicos	15	1	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Conhecimentos Específicos	15	3	
(P ₃) Discursiva			2	

7.2 As provas objetivas, para todos os cargos, à exceção dos cargos de **Advogado A, B e C**, terão a duração de **três horas** e serão aplicadas no dia **22 de dezembro de 2002**.

7.2.1 As provas objetivas e a prova discursiva, para os cargos de **Advogado A, B e C**, terão a duração de **cinco horas** e serão aplicadas no dia **22 de dezembro de 2002**.

9 DA PROVA DISCURSIVA – PARA OS CARGOS DE ADVOGADO A, B e C

12.1.11 Com base na relação citada no subitem 12.1.9 do edital de abertura terão suas provas discursivas corrigidas os candidatos aos cargos de **Advogado A, B e C** classificados em até **três** vezes o número de vagas por localidade do cadastro de reserva, respeitados os empates na última colocação e a reserva de

vagas para portadores de deficiência.

12.2 PROVA DISCURSIVA – PARA OS CARGOS DE ADVOGADO A, B e C

14.1 Para os cargos de **nível superior** e de **nível médio**, à exceção dos cargos de **Advogado A, B e C**, em caso de empate na nota final no processo seletivo, terá preferência o candidato que:

- a) obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P₂);
- b) obtiver o maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (P₂);
- c) obtiver o maior número de acertos na prova de Conhecimentos Básicos (P₁);

14.2 Para os cargos de **Advogado A, B e C**, em caso de empate na nota final no processo seletivo, terá preferência o candidato que:

- a) obtiver a maior nota final na prova discursiva (NPD);
- b) obtiver a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P₂);
- c) obtiver o maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (P₂);
- d) obtiver o maior número de acertos na prova de Conhecimentos Básicos (P₁);

17.9.1 Os candidatos aos cargos de Eletricista de Linha de Transmissão, Especialista em Manutenção Eletroeletrônica A e B e Especialista em Manutenção Eletromecânica A e B, que optarem pela área de atuação Operação, conforme subitem 1.3 (d), aprovados na avaliação médica, serão convocados, gradativamente, de acordo com a classificação obtida, para compor turmas de treinamento, que serão montadas em épocas distintas em função das necessidades mais imediatas da Empresa, com duração máxima de 12 meses.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO

18.2.3.2 ADVOGADO A

I DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Administração pública e Constituição: princípios constitucionais do direito administrativo. Legalidade e poder regulamentar. Responsabilidade do Estado. 2 Conceitos do direito administrativo: teoria geral dos atos administrativos (conceito, atributos e elementos). Invalidação dos atos administrativos. Teoria geral do procedimento administrativo e leis de processo administrativo. Direito administrativo sancionador. 3 Administração pública e sua organização: personalidade jurídica de direito público e suas transformações (órgãos públicos, autarquias, agências executivas). Administração pública com personalidade privada (empresas estatais e fundações). Entes não-estatais de interesse público (organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, contratos de gestão). 4 Administração pública e a regulação da economia: introdução ao direito administrativo econômico. A teoria do serviço público e a lei de concessões. As agências reguladoras independentes. A proteção da concorrência e do consumidor. 5 Contratações administrativas: bases constitucionais e legais da licitação (fundamentos, competência, princípios, inexigibilidade e dispensa). Modalidades de licitação, seu procedimento e fases. Teoria geral do contrato administrativo. Contratos administrativos na Lei n.º 8.666/1993.

II DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição: conceito e tipologia. 2 Poder constituinte: suas formas. 3 Supremacia da constituição: o controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos do poder público. 4 Estado federal brasileiro: a repartição de competências entre as entidades políticas federadas. 5 Direitos e garantias individuais e suas salvaguardas. 6 Direito administrativo constitucional. 7 Poder Legislativo: estruturação, competência e garantias. 8 Processo de elaboração legislativa: da Emenda Constitucional, da Lei Complementar, da Medida Provisória e da Delegação Legislativa. 9 Poder Executivo: estruturação, atribuições e responsabilidades do Presidente da República. 10 Poder Judiciário: estruturação, competência dos tribunais superiores e da justiça federal. Garantias da magistratura. 11 Sistema Tributário Nacional. Limitações à capacidade tributária do Estado. Imunidades e vedações tributárias. 12 Ordem econômica e financeira. Intervenção do Estado no domínio econômico. 13 Regime das empresas públicas. Prestação de serviços públicos de eletricidade na Constituição.

III DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Conceito de tributo. Espécies tributárias. Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966) e Constituição da República de 1988 (arts. 145 a 162). 2 Tributos vinculados (taxas e contribuições) e não-vinculados (impostos). 3 Empréstimos compulsórios, Contribuições Sociais (PASEP, COFINS, CSLL) e de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). 4 Fontes do direito tributário. Interpretação e integração das normas tributárias. A aplicação das normas tributárias no tempo e no espaço. 5 Obrigação tributária. Fato gerador da obrigação tributária. 6 Sujeitos ativos e passivos da relação tributária. Contribuinte de direito e de fato. 7 Substituição tributária e obrigações acessórias. Solidariedade, responsabilidade e sucessão tributárias. 8 Imunidades fiscais. 9 Benefícios fiscais: reduções, suspensões e isenções tributárias. Não-incidência. 10 Fato extintivo da relação tributária: cumprimento, prescrição e decadência. 11 Outras formas de extinção da obrigação tributária: compensação, transação e remissão. 12 Competência do processo de lançamento fiscal. Iniciativa do contribuinte e iniciativa do fisco. As diversas formas de lançamento. 13 Síntese dos impostos federais, estaduais e municipais. 14 Tributação na energia elétrica. 15 Contencioso tributário: fiscal-administrativo e judicial. 16 Processo de execução fiscal: Lei n.º 6.830/1980. 17 Mandado de segurança, ações anulatórias de débitos fiscais, ações de repetição de indébito fiscal e embargos à ação de execução fiscal.

18.2.3.2.1 ADVOGADO B

I DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL: 1 meio ambiente como objeto do direito. 2 Princípios norteadores do direito ambiental. 3 Fundamentos constitucionais da proteção ambiental. 4 Dano ambiental. 5 Responsabilidade pelos danos ecológicos. 6 Meios processuais de proteção ambiental. 7 Atuação do Poder Judiciário na questão ambiental.

II DIREITO CIVIL: 1 Direito das coisas e direitos reais. 1.1 Posse. 1.1.1 Classificação. 1.1.2 Formas de aquisição. 1.1.3 Efeitos. 1.1.4 Perda. 1.1.5 Proteção possessória. 1.2 Propriedade imóvel. 1.2.1 Formas de aquisição. 1.2.2 Perda.

III DIREITO PÚBLICO: 1 Princípios administrativos e constitucionais. 1.1 Legalidade. 1.2 Impessoalidade. 1.3 Moralidade. 1.4 Publicidade. 1.5 Eficiência. 1.6 Princípios não expressos. 2. Administração pública direta e indireta. 2.1 Autarquias. 2.2 Fundações 2.3 Sociedades de Economia Mista. 2.4 Empresas Públicas e outras pessoas jurídicas vinculadas ao Estado. 2.5 Aspectos gerais. 2.6 Responsabilidade Civil. 3 Bens públicos. 3.1 Conceito. 3.2 Classificação. 3.3 Bens das pessoas administrativas privadas. 3.4 Afetação e desafetação. 3.5 Regime jurídico. 4 Intervenções do Estado na propriedade privada. 4.1 Servidão administrativa. 4.1.1 Conceito 4.1.2 Formas de constituição. 4.1.3 Extinção. 4.1.4 Direito à indenização. 4.1.5 Modalidades. 4.2 Desapropriação. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Modalidades. 4.2.3 Destinação dos bens desapropriados. 4.2.4 Competência. 4.2.5 Procedimentos. 4.2.6 Sujeitos ativo e passivo. 4.2.7 Pressupostos. 4.2.8 Objeto. 4.2.9 Indenização. 4.2.10 Natureza jurídica. 4.2.11 Imissão provisória na posse. 4.2.12 Destino dos bens desapropriados. 4.2.13 Desapropriação indireta. 4.2.14 Retrocessão. 5 Concessão e permissão de serviço público. 5.1 Modalidades. 5.2 Natureza jurídica. 5.3 Concessão à empresas estatais 5.4 Política tarifária. 5.5 Exigência de licitação. 5.6 Encargos do poder concedente. 5.7 Encargos do concessionário 5.8 Direitos e obrigações dos usuários. 5.9 Extinção. 5.10 Reversão. 5.11 Controle dos serviços concedidos. 5.12 Lei n.º 8.987/95. 5.13 Lei n.º 9.074/95. 5.14 Concessão, permissão e autorização no setor de energia elétrica. 6 Estado regulador. 6.1 Sentido. 6.2 Natureza da atuação. 6.3 Competências. 6.4 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Lei nº 9.427/96). 6.5 Panorama geral das delegações negociais. 6.6 Relações jurídicas no âmbito da prestação de serviços de energia elétrica. 6.7 Regime dos bens no âmbito da prestação de serviço público de energia elétrica. 6.8 A independência da ANEEL como órgão regulador. 6.9 Contratos de gestão na ANEEL. 6.10 Participantes do setor de energia elétrica. 6.11 Segmentos setoriais na área de energia elétrica.

18.2.3.2.2 ADVOGADO C

I DIREITO DO TRABALHO: 1 Relação de trabalho. 1.1 Natureza jurídica; contrato de trabalho e relação de trabalho. 1.2 Caracterização da relação de emprego. 1.3 Critérios para a caracterização. 2 Sujeitos da relação de emprego. 2.1 Empregado – definição. 2.2 Empregador – conceito. 2.3 Solidariedade de empresas. 2.4 Sucessão de empregadores. 3 Contrato de trabalho: definição;

denominação; caracteres; elementos essenciais; vícios e defeitos; nulidade e anulabilidade. 4 Espécies do contrato de trabalho: por tempo determinado e por tempo indeterminado. 5 Efeitos do contrato de trabalho. 5.1 Obrigações do empregado. 5.2 Prestação do trabalho – pessoalidade. 5.3 Poder hierárquico do empregador: diretivo e disciplinar. 6 Remuneração: conceito - distinção entre remuneração e salário; caracteres do salário; salário e indenização – adicionais. 7 Duração do trabalho. 7.1 Jornada de trabalho: duração e horário. 7.2 Trabalho extraordinário. 7.3 Trabalho noturno. 7.4 Trabalho em regime de revezamento. 8 Repouso. 8.1 Repouso intrajornadas e interjornadas. 8.2 Repouso semanal e em feriado. 8.3 Férias - natureza jurídica e períodos aquisitivo e concessório, duração. 8.4 Remuneração simples, dobrada e abono de férias. 9 Terminação do contrato de trabalho. 9.1 Causas. 9.2 Rescisão do contrato por tempo indeterminado e por tempo determinado. 9.3 Rescisão com ou sem justa causa. 9.4 Despedida. 9.5 Declaração de vontade do empregador: sua natureza e elementos. 9.6 Indenização - conceito, fundamento jurídico. 10 Aviso prévio. 10.1 Conceito e natureza jurídica. 10.2 Prazos e efeitos. 11 Estabilidade e garantia de emprego. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Despedida de empregado estável. Falta grave, conceito. Readmissão e reintegração. Renúncia à estabilidade. Homologação.

II DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: 1 Procedimentos nos dissídios individuais. 1.1 Reclamação. 1.2 Jus postulandi. 1.3 Revelia. 1.3 Exceções. 1.4 Contestação. 1.5 Reconvenção. 1.6 Partes e procuradores. 1.7 Audiência. 1.8 Conciliação. 1.9 Instrução e julgamento. 1.10 Justiça gratuita. 2 Provas no processo do trabalho. 2.1 Interrogatórios. 2.2 Confissão e conseqüências. 2.3 Documentos. 2.4 Oportunidade de juntada. 2.5 Prova técnica. 2.6 Sistemática da realização das perícias. 2.7 Testemunhas. 3 Recursos no processo do trabalho. 3.1 Disposições gerais: efeitos suspensivo e devolutivo. 3.2 Recursos no processo de cognição. 3.3 Recursos no processo de execução. 4 Processos de execução. 4.1 Liquidação. 4.2 Modalidades da execução. 4.3 Embargos do executado - impugnação do exequente.

III DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Noções gerais sobre a Lei n.º 8.213/1991 e suas alterações. 1.1 Espécies de benefícios. 1.2 Aposentadoria especial. 1.3 Perda de qualidade. 1.4 Carência. 2 Emenda Constitucional n.º 20/1998.

IV DIREITO CIVIL: 1 Direito. 1.1 Noção. 1.2 direito público e direito privado. 2 Direito civil - Conceito. 3 Negócio jurídico. 3.1 Espécies. 3.2 manifestação da vontade. 3.2 vícios da vontade. 4 Teoria da imprevisão. 5 Ato jurídico. 5.1 Fato e ato jurídico. 5.2 Modalidades e formas do ato jurídico. 6 Efeitos do ato jurídico. 6.1 Nulidade. 6.2 Atos ilícitos. 6.3 Abuso de direito. 6.4 Fraude à lei. 7 Prescrição. 7.1 Conceito. 7.2 Prazo. 7.3 Suspensão. 7.4 Interrupção. 7.5 Decadência. 8 Obrigações. 8.1 Conceito. 8.2 Efeitos. 8.3 Extinção. 9 Contratos - disposições gerais e modalidades. 10 Responsabilidade civil.

IV DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Jurisdição e competência. 1.1 Formas e limites da jurisdição civil. 1.2 Modificações da competência. 2 Ação. 2.1 Conceito. 2.2 Ação e pretensão. 2.3 Condições da ação. 3 Processo. 3.1 Processo e procedimento. 3.2 formação, extinção e suspensão do processo. 3.3 pressupostos processuais. 4 Sujeitos da relação processual. 4.1 Partes. 4.2 Litisconsórcio. 4.3 Capacidade de ser parte e de estar em juízo. 5 Pedido. 5.1 Petição inicial: requisitos e vícios. 5.2 Pedido determinado, genérico e alternativo. 5.3 Cumulação de pedidos. 5.4 Interpretação e alteração do pedido. 6 Resposta do réu. 6.1 Contestação, exceção e objeção. 6.2 Carência de ação. 6.3 Litispendência, conexão e continência de causa. 6.4 Exceções processuais: incompetência, reconvenção; revelia. 7 Execução. 7.1 Regras gerais. 7.2 Provisória e definitiva. 7.3 Embargos do devedor. 8 Sentença e coisa julgada. 8.1 Requisitos da sentença. 8.2 Julgamento extra, ultra e citra petitum. 8.3 Conceitos e limites da coisa julgada. 8.4 Preclusão, coisa julgada e eficácia preclusiva. 9 Recurso em geral: conceito, pressupostos, efeitos.

18.2.3.6 ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

1 Teoria da comunicação. 1.1 A questão da imparcialidade e da objetividade. 1.2 Ética. 1.3 Papel social da comunicação. 1.4 Comunicação, conceitos, paradigmas, principais teorias. 1.5 A indústria cultural e a teoria crítica. 1.6 Novas tendências da pesquisa sobre os *mass média*. 1.7 Novas tecnologias e a globalização da informação. 1.8 Massificação versus segmentação dos públicos. 1.9 Interatividade na comunicação. 2 Regulamentação versus desregulamentação: tendências nacionais e internacionais. 3 Opinião pública: pesquisa, estudo e análise em busca de canais de interação com cada público específico.

4 Marketing institucional: prevenção, formação, manutenção e reação no contexto da sociedade. 5 Legislação em Comunicação Social: Constituição Federal; Código de Ética do Profissional de Relações Públicas. 6 Novas tecnologias de comunicação: a vida digital. 7 Monopólio, concentração e democracia dos meios de comunicação. 8 Poder e ética da comunicação: abrangência e limites do jornalismo, da propaganda e das relações públicas. 9 Poder e ética das mídias, instituições e sujeitos. 10 Técnicas de Relações Públicas: planejamento, organização de eventos e assessoria de imprensa. 11 Potência e tipologia dos eventos. 12 Opinião pública e público alvo. 13 Normas de cerimonial e protocolo. 14 Ordem de precedência. 15 Qualificação dos produtos e da prestação de serviços da instituição. 16 Técnicas de elaboração de projetos de pesquisa. 17 Constituição do diagnóstico institucional. 18 Atendimento ao público. 19 Decreto n.º 3.296/1999. 20 Gerenciamento de marcas (design, registro de marcas e *brand-equity*); merchandising no ponto de vendas; Legislação referente a Incentivo à cultura/fiscal, estadual e municipal; marketing de relacionamento; *e-marketing* (Internet como ferramenta de comunicação/marketing); Conhecimento/noções de *webdesign*.

18.2.3.10 ASSESSOR TÉCNICO – D

1 Contabilidade. 1.1 Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos princípios fundamentais da contabilidade. 1.2 Consolidação de demonstrações contábeis. 1.3 Análise econômico-financeira. 1.4 Orçamento empresarial. 1.5 Destinação de resultado. 1.6 Contribuição social sobre o lucro. 1.7 Custos para tomada de decisões. 1.8 Sistemas de custos e informações gerenciais. 1.9 Conversão de demonstrações contábeis em moedas estrangeiras. 2 Matemática financeira. 2.1 Regra de três simples e composta, percentagens. 2.2 Juros simples e compostos: capitalização e desconto. 2.3 Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente. 2.4 Rendas uniformes e variáveis. 2.5 Planos de amortização de empréstimos e financiamentos. 2.6 Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento. 2.7 Avaliação de alternativas de investimento. 2.8 Taxas de retorno, taxa interna de retorno. 3 Modelos de Simulação. 4 Avaliação de empresa. 4.1 Custo médio ponderado de capital. 4.2 Estrutura ótima de empresas (capital próprio, capital de terceiros). 4.3 Alavancagem financeira. 4.4 Análise de risco. 5 Estatística básica. 6 Tarifas no setor elétrico. 7 Legislação pertinente ao setor elétrico.

18.2.3.21 ENGENHEIRO – A

1. Matemática Financeira; 2. Análise econômico-financeira de projetos; 3. Simulação energética; 4. Estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas e estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas. 4.1. Objetivos. 4.2. Estudos energéticos. 4.3. Critérios energéticos. 5. Critérios energéticos para estudos de viabilidade de usinas termelétricas. 6. Fontes alternativas de energia. 7. Condições de atendimento ao mercado de energia elétrica. 8. Critérios para planejamento da expansão da geração. 9. Comercialização de energia de projetos futuros de geração de energia elétrica.

ROMILDA GUIMARÃES MACARINI
Diretora-Geral do CESPE